



## **PORTARIA HCRP Nº 96/2020**

O SUPERINTENDENTE DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO no uso de suas atribuições legais e

Considerando o ofício no. 1756/2020 de 19 de março de 2020 do Conselho Federal de Medicina reconhecendo a possibilidade e eticidade da utilização de telemedicina, em caráter de excepcionalidade e enquanto durar o combate ao contágio da COVID-19, podendo ser realizada como teleorientação, telemonitoramento ou teleinterconsulta;

Considerando que o ofício supracitado reforça o teor da “Declaração de Tel Aviv sobre responsabilidades e normas éticas na utilização da Telemedicina”, adotada pela 51ª Assembleia Geral da Associação Médica Mundial, em Tel Aviv, Israel, em outubro de 1999;

Considerando a Portaria no. 467 de 20 de março de 2020, do Ministério da Saúde sobre as ações da telemedicina, com o objetivo de regulamentar e operacionalizar as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública, decorrente da pandemia da COVID-19;

Considerando o disposto na Lei federal nº 13.989/2020, que autoriza o uso da telemedicina enquanto durar a crise ocasionada pelo Sars-Cov-2;

Considerando que o uso das modalidades propostas de Telemedicina com segurança e poderão auxiliar o HCFMRP-USP no cuidado de seus pacientes;

Considerando que no momento atual de pandemia da COVID-19, a necessidade da redução expressiva do número de consultas ambulatoriais eletivas, com o objetivo de se evitar aglomerações e a necessidade de orientação e auxílio aos pacientes em domicílio, o uso da telemedicina se impõe como uma ferramenta importante para o enfrentamento do momento atual;

Considerando a necessidade de formalizar e regulamentar o uso dessa nova modalidade de trabalho médico, no âmbito da instituição, entende por bem baixar as normas, abaixo relacionadas, que terão duração limitada à Pandemia de COVID19 como o estabelecido nas normas supracitadas.

Artigo 1º. - O atendimento presencial é o padrão ouro no exercício de consultas médicas aos pacientes e não deve ser substituído pelo atendimento à distância, no caso de primeira consulta, salvo em situações específicas, determinadas por regulamentação apropriada e aprovada por órgãos e autoridades de saúde.



Artigo 2º. - Compreende-se a Telemedicina como o exercício da medicina à distância, por médicos devidamente capacitados, cujas intervenções são baseadas em dados ou documentos transmitidos através de sistemas de telecomunicação.

Artigo 3º. – Os integrantes do Corpo Clínico do HCFMRP-USP, durante o período da Pandemia do COVID-19, poderão fazer uso da Telemedicina, conforme as normas estabelecidas na presente Portaria.

Parágrafo único – Os médicos residentes poderão fazer uso dessa tecnologia, desde que devidamente treinados e supervisionados por suas respectivas áreas.

Artigo 4º. – Serão regulamentadas para uso no Hospital as modalidades, abaixo relacionadas, de Telemedicina:

I. **Teleorientação** – que consiste na realização de orientação e encaminhamento de pacientes por profissional médico à distância;

II. **Telemonitoramento** – é o ato realizado para monitorar parâmetros de saúde ou doença à distância, que deve ser realizado sob orientação e supervisão médica;

III. **Teleinterconsulta** – que consiste na troca de informações e opiniões entre médicos, com ou sem a presença do paciente, para auxílio diagnóstico ou terapêutico, clínico ou cirúrgico.

## I – DA TELEORIENTAÇÃO

Artigo 5º. – A Teleorientação será utilizada como ferramenta para a orientação dos pacientes por profissional médico à distância e programação das atividades ambulatoriais eletivas e será utilizada, também, como estratégia para assegurar o vínculo dos pacientes com o HCFMRP-USP, avaliar a necessidade e a premência de consulta presencial, bem como assegurar e agilizar a disponibilização de resultados ou realização de exames diagnósticos ou procedimentos.

Parágrafo único – As Teleorientações de pacientes já em seguimento no HCFMRP-USP deverão ser documentadas em formulário específico do Sistema ATHOS.

Artigo 6º. – São permitidas, nesta modalidade, a atualização de receitas médicas e orientações gerais sobre aderência do paciente à terapêutica recomendada.

Artigo 7º. – Não serão permitidas orientações que dependam de informações que só poderão ser obtidas mediante exame físico ou propedêutica armada.





Artigo 8º. – Não é recomendado a utilização da orientação baseada em exames complementares que o paciente apresente ao médico no ato da Teleorientação, salvo situações em que estes exames possam ser anexados ao prontuário médico e expressamente relatados no prontuário médico.

Artigo 9º. – Caso seja identificada provável situação de urgência, caberá ao médico orientar o paciente a buscar auxílio médico no local mais próximo de sua residência e, se julgar necessário, com a anuência do paciente, auxiliá-lo a ativar o sistema médico de urgência.

## II – TELEMONTITORAMENTO

Artigo 10 – Será permitida a utilização do Telemonitoramento como ferramenta para a orientação dos pacientes por profissional médico à distância e programação das atividades ambulatoriais eletivas, **não podendo ser utilizado como primeira consulta.**

Artigo 11 – O Telemonitoramento somente poderá ser realizado para pacientes que já estejam em seguimento no HCFMRP-USP.

Artigo 12 – O Telemonitoramento será utilizado como estratégia para assegurar o vínculo dos pacientes com o HCFMRP-USP e reduzir a necessidade de presença física do paciente na instituição, frente à avaliação de parâmetros, como exames laboratoriais.

§1º. – Os parâmetros a serem considerados para o Telemonitoramento estão em constante modificação e deverão ser inseridos nos anexos divulgados pela Comissão de Prontuários e Óbitos ou pelo Departamento de Atenção à Saúde.

§2º. – Caberá ao médico que realiza o Telemonitoramento avaliar se os resultados de exames fornecidos são confiáveis.

Artigo 13 – O Telemonitoramento poderá ser utilizado como estratégia para espaçar os intervalos das consultas presenciais, caso a situação clínica do paciente seja estável.

## III – TELEINTERCONSULTA

Artigo 14 – Será permitida a utilização da Teleinterconsulta como ferramenta para a orientação de profissional médico à distância, com relação a pacientes já seguidos no Complexo HCFMRP-USP e para tirar dúvidas quanto à necessidade de encaminhamento de pacientes não seguidos na instituição, mas que são considerados candidatos a serem encaminhados via CROSS.



Artigo 15 – As Teleinterconsultas de pacientes já em seguimento no HCFMRP-USP deverão ser documentadas em formulário específico do Sistema ATHOS.

Artigo 16 – As Teleinterconsultas de pacientes que não são acompanhados no HCFMRP-USP deverão ser documentadas em formulário específico.

Parágrafo único – Caso este paciente venha a ser encaminhado via CROSS, as informações constantes neste formulário deverão ser incluídas no prontuário do paciente com o novo registro a ser aberto.

Artigo 17 – Na teleinterconsulta a responsabilidade profissional do atendimento cabe ao médico assistente do paciente.

Parágrafo único – Os demais médicos envolvidos no atendimento do paciente responderão, solidariamente, na proporção em que contribuírem para eventual dano.

#### **IV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 18 – Em todos os casos, caberá ao médico que for utilizar a Telemedicina:

I. Requerer a concordância do paciente, de acordo com o disposto em cada modalidade, mediante a obtenção do consentimento do paciente, por meio da aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

II. Garantir a integridade, segurança e sigilo das informações, com registro adequado do teleatendimento em formulário padronizado pela instituição e disponibilizado no ATHOS.

III. Utilizar métodos de identificação do paciente, solicitando a confirmação de alguns dados pessoais, antes do início da telemedicina, de acordo com as disposições nos formulários do Sistema ATHOS.

IV. Assegurar que o paciente tenha a informação apropriada dos procedimentos que serão utilizados, que é capaz e entende a importância de sua responsabilidade no processo de transmissão de dados e informações. O mesmo se aplica a um membro da família ou a outra pessoa que ajude o paciente a utilizar a telemedicina.

V. O médico só poderá tomar condutas se a qualidade da informação recebida for suficiente e pertinente para a questão de saúde que está sendo avaliada.

Parágrafo único – Caso seja inviável a aplicação do termo de consentimento indicado no inciso I e não tendo o paciente subscrito em ocasião anterior, o médico poderá obter o consentimento por meio da ferramenta eletrônica utilizada, explicando de forma sucinta a sistemática de atendimento via telemedicina, indicando a possibilidade de gravação (quando disponível no sistema) e, por fim, efetuando o devido registro no prontuário médico.





Artigo 19 – Compete ao médico registrar a informação obtida no prontuário médico do paciente em área determinada pela Comissão de Prontuários e Óbitos.

Artigo 20 – Sempre que necessário serão divulgadas normas de procedimentos para a realização da Telemedicina, sendo responsabilidade dos coordenadores (“KeyDoctors”) de cada área de atuação, garantirem a divulgação da informação entre seus pares.

Artigo 21 – Deve ser esclarecido que a Telemedicina é uma modalidade de atendimento médico que deve envolver o ritual de uma consulta médica com horário agendado, contato interpessoal (mesmo que à distância) e objetivos bem definidos.

Artigo 22 – O Departamento de Atenção à Saúde poderá, a qualquer tempo, incluir novos recursos tecnológicos para a execução das diferentes modalidades de Telemedicina já regulamentadas.

Artigo 23 – Ao médico é assegurada a liberdade e completa independência de decidir se utiliza ou recusa a telemedicina, de modo fundamentado, indicando a consulta presencial, sempre que entender necessário.

Artigo 24 – O HCFMRP-USP poderá efetuar a gravação dos atendimentos, devendo manter em sigilo os dados da consulta.

Parágrafo único – A telemedicina poderá ser exercida, independentemente da gravação, enquanto não disponibilizada a infraestrutura para executá-la.

Artigo 25 – As situações não previstas na Portaria serão resolvidas pelo Departamento de Atenção à Saúde, ouvida a Consultoria Jurídica, se necessário for.

Artigo 26 – Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Ribeirão Preto, 07 de maio de 2020.

**Prof. Dr. BENEDITO CARLOS MACIEL**  
Superintendente



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA REALIZAÇÃO DE TELEMEDICINA – SITUAÇÃO EMERGENCIAL – PANDEMIA DA COVID-19

### Considerando:

- A Emergência em Saúde Pública declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) por doença respiratória causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2);
- O estado de calamidade pública decretado pelo Governo Federal Brasileiro;
- A autorização do Conselho Federal de Medicina (CFM) através do ofício Nº1756/2020 para uso da telemedicina durante a pandemia da COVID-19;
- A Portaria Nº 467 do Ministério da Saúde publicada no Diário Oficial da União que regulamenta e operacionaliza o uso da telemedicina durante a pandemia da COVID-19;
- O disposto na Lei federal nº 13.989/2020, que autoriza o uso da telemedicina enquanto durar a crise ocasionada pelo Sars-Cov-2;
- A necessidade da redução expressiva do número de consultas ambulatoriais eletivas com o objetivo de evitar aglomerações e consequentemente minorar os riscos para a saúde dos pacientes e da equipe médica;
- A utilização da telemedicina com o objetivo de reduzir a propagação do Sars-Cov-2 e proteger as pessoas;

Por este instrumento particular, eu, o(a) paciente \_\_\_\_\_, ou meu responsável legal

Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG: \_\_\_\_\_, e inscrito(a) no CPF/MF sob nº: \_\_\_\_\_

declaro ter sido informado(a) acerca da situação de pandemia da COVID-19, de conhecimento público, na qual o contágio ocorre de maneira extremamente rápida, atingindo de forma grave pacientes com fatores de risco e mais vulneráveis, como no meu caso. Declaro também estar plenamente ciente da recomendação das autoridades públicas para minimizar esse risco através do isolamento social e efetiva higienização.

Assim sendo, autorizo o corpo clínico do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (**HCFMRP-USP**), excepcionalmente e enquanto perdurar a recomendação das autoridades, a utilizar-se da Telemedicina (através das ferramentas de Teleorientação, Telemonitoramento e Teleinterconsulta) para realização de orientação, monitoramento, interconsulta, atendimento clínico, solicitação de exames médicos, emissão de receitas, bem como a análise de documentação médica referente ao meu caso, sem a minha presença física no **HCFMRP-USP**, a fim de que eu possa receber as orientações e toda a programação de retorno e receitas necessárias por telefone, e, dessa forma, continuar a receber o devido tratamento médico, sem desrespeitar a necessidade de realização do isolamento social preventivo.

Autorizo, ainda, o tratamento dos dados decorrentes do atendimento médico prestado especificamente para **o uso equivalente ao prontuário médico**, incluindo as operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração. Estou ciente de que estes dados não poderão ser eliminados após o término do tratamento, diante da necessidade de cumprimento de obrigação legal e regulatória de manutenção dos prontuários médicos de pacientes atendidos na instituição.





**Declaro também ter ciência que:**

I – o teleatendimento médico à distância possui algumas limitações como não permitir a realização do exame físico presencial, a impossibilidade de realização de exames complementares laboratoriais ou de imagem no momento do teleatendimento para auxílio na conduta terapêutica, e a necessidade de obtenção de informação de qualidade, suficiente e pertinente para o cerne da questão de saúde que está sendo avaliada, para tomada de alguma conduta;

II – a precisão das minhas informações se faz necessária em virtude da ausência de avaliação clínica presencial pelo(a) médico(a) que está realizando o teleatendimento;

III – devo informar todos os dados possíveis sobre a minha condição de saúde, não omitindo nenhuma informação referente ao meu problema de saúde, acerca dos meus sintomas, das medicações utilizadas e procedimentos realizados, colaborando para o bom aproveitamento deste teleatendimento;

IV – poderá ser necessária uma avaliação complementar com exames a serem solicitados pelo(a) médico(a) que realizou o teleatendimento;

V – mesmo após o teleatendimento poderá ser necessária a minha presença no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto a critério do(a) médico(a) em data agendada;

VI – após o teleatendimento e segundo a avaliação do(a) médico(a), poderei também ser encaminhado(a) para uma avaliação presencial em caráter emergencial no serviço público de saúde mais próximo à minha casa;

VII – o teleatendimento é pontual e não me garante o direito ao atendimento por tempo indeterminado ou a disposição do(a) médico(a) em outros horários não acordados previamente entre as partes;

VIII – todas as informações do teleatendimento serão devidamente registradas no meu prontuário médico, em formulário padronizado pelo Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto no sistema ATHOS para este tipo de atendimento ou outro equivalente, seguindo a norma de serviço institucional sobre o uso da Telemedicina e garantindo o sigilo das informações passadas durante o teleatendimento, cujo sigilo e confidencialidade repousam nas regras consagradas do Código de Ética Médica, Resolução nº 2217/18 do Conselho Federal de Medicina;

IX – todos os dados decorrentes do atendimento médico, incluindo sons e imagens, ficarão arquivados junto ao **HCFMRP-USP**, tão logo o sistema esteja adaptado e preparado, sendo parte integrante do prontuário médico do paciente, garantido o pleno sigilo e o tratamento segundo a legislação vigente. A telemedicina será praticada, independentemente de gravação, até que o HCFMRP-USP adeque o seu sistema e supere eventuais dificuldades técnicas para implantá-la.

X – é prerrogativa do(a) médico(a) a liberdade e completa independência de decidir se utiliza ou recusa a telemedicina, podendo interromper o teleatendimento a qualquer momento, sempre que houver necessidade de avaliação presencial do paciente, ou encaminhamento a um atendimento de urgência/emergência, fazendo os devidos encaminhamentos para segurança do paciente.

Declaro ainda que entendi completamente e aceito as orientações contidas no presente instrumento, ciente que estão atendidas as exigências da Lei nº 8078/90 e Lei federal nº 13.989/2020, a inferir, portanto, meu expresso e pleno consentimento para a realização da telemedicina pelo Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto.

Ribeirão Preto, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Assinatura do(a) paciente: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) responsável pelo(a) paciente: \_\_\_\_\_

Assinatura/carimbo do(a) médico(a): \_\_\_\_\_